



www.enaphem.com



A Reforma Universitária de 1968 e seus impactos na formação de professores de Matemática da UFMG

The University Reform 1968 and its impacts on the training of mathematics teachers at UFMG

Mariana Lima Vilela¹
Filipe Santos Fernandes²

Resumo

Este texto apresenta uma síntese da Reforma Universitária de 1968, responsável por uma mudança significativa no Ensino Superior brasileiro. O objetivo deste trabalho é mostrar os impactos da Reforma Universitária na formação de professores de Matemática, dando enfoque na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Para isso, além de abordarmos algumas referências relacionadas à temática, fizemos uma análise de documentos escritos vinculados ao Instituto de Ciências Exatas (ICEx) e à Faculdade de Educação (FaE) da UFMG. Ao analisarmos os documentos, verificamos que a Reforma Universitária contribuiu, ao menos em termos institucionais, para uma fragmentação da Licenciatura em Matemática nessa instituição. Essa ruptura não ocorreu apenas de forma física, mas permaneceu ao se atribuírem responsabilidades distintas às diferentes Unidades acadêmicas.

Palavras-chave: Formação de professores de matemática; História da formação de professores de matemática; Reforma Universitária de 1968.

Introdução

Este trabalho apresenta algumas discussões presentes na dissertação de mestrado (Vilela, 2020) intitulada *Compreensões históricas das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado no curso de Licenciatura em Matemática da UFMG (1968 – 1994)*. Considerando a importância do estágio na formação de professores, o trabalho teve como objetivo elaborar compreensões históricas das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado na UFMG e seus papéis na formação de professores de Matemática, utilizando como fontes documentais

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. E-mail: marianalimadiv@hotmail.com.

² Doutor em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil. E-mail: fernandes.fjf@gmail.com.

grades curriculares, atas de reuniões, textos de seminários, ementas, programas, diários de classe e outros.

Neste texto, realizamos uma síntese da Reforma Universitária de 1968 e dos seus impactos na formação de professores de Matemática, tendo como cenário a UFMG. Para isso, além de referenciar autores como Coutinho (2009) e Oliveira (2016), analisamos documentos escritos localizados nos arquivos do Instituto de Ciências Exatas (ICEx) e da Faculdade de Educação (FaE). A Reforma Universitária foi responsável por uma mudança significativa na formação superior, inclusive na estrutura física e administrativa, e no funcionamento dos cursos em universidades.

A Reforma Universitária de 1968

Segundo Oliveira (2016), na década de 1960, o Ensino Superior ganhou destaque nos debates entre intelectuais, professores, pesquisadores, movimentos estudantis e lideranças políticas, que indicavam a elaboração de um modelo de estrutura universitária, que já estava em discussão desde o início do século XX. A proposição da reforma institucional já estava sendo elaborada ao final da década de 1950 e início da década de 1960. Com o golpe militar de 1964, as mudanças políticas forçaram um remanejamento na educação, implicando alterações na legislação. Em 18 de novembro de 1966, o Decreto-Lei nº 53 (Brasil, 1966), que “Fixa princípios de organização para as universidades federais e dá outras providências”, estabeleceu: “Art. 1º - As universidades federais organizar-se-ão com estrutura e métodos de funcionamento que preservem a unidade das suas funções de ensino e pesquisa e assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos” (Brasil, 1966).

De acordo com Coutinho (2009), esse Decreto-Lei foi significativo ao inovar na proposta de um sistema organizacional, determinando que as instituições implementassem as mudanças com prazos determinados. Em 28 de fevereiro de 1967, o Decreto-Lei nº 252 (Brasil, 1967), que “estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências”, trouxe algumas inovações, dentre elas a criação de Universidades de Departamentos, congregando disciplinas afins e consolidando sua individualidade, e de Colegiados, responsáveis pela coordenação didática de cada curso e sendo constituído por representantes dos Departamentos. Segundo o autor, pouco se ouve falar sobre esses dois últimos decretos, mas ressalta-se sua importância por seu caráter inovador.

Em 28 de novembro de 1968, foi aprovada a Lei nº 5.540 (Brasil, 1968), que “Fixa normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências”. Segundo Coutinho (2009), essa Lei foi constituída a partir de alguns princípios básicos do Decreto nº 53 e do Decreto nº 252, apresentando-se como um instrumento normativo mais extenso que, dentre as inovações, destacou em seu Art. 33, §3º, que “Fica extinta a cátedra ou cadeira na organização do Ensino Superior do País” (Brasil, 1968). Portanto, por ser mais elaborada, essa Lei reformulou e ofuscou os dois últimos decretos, recebendo o título de *Reforma Universitária de 1968*, mesmo que seus princípios básicos estivessem estabelecidos desde 1966. No que se refere à formação de professores para o ensino secundário, ficava estabelecido, na Lei nº 5.540, que:

Art. 30. A formação de professôres para o ensino de segundo grau, de disciplinas gerais ou técnicas, bem como o preparo de especialistas destinadas ao trabalho de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação no âmbito de escolas e sistemas escolares, far-se-á em nível superior.

§1º A formação dos professôres e especialistas previstos neste artigo realizar-se-á, nas universidades mediante a cooperação das unidades responsáveis pelos estudos incluídos nos currículos dos cursos respectivos.

§2º A formação a que se refere êste artigo poderá concentrar-se em um só estabelecimento isolado ou resultar da cooperação de vários, devendo, na segunda hipótese, obedecer à coordenação que assegure a unidade dos estudos, na forma regimental (Brasil, 1968).

Para Tanuri (2008), a Reforma de 1968 trouxe como mudança a formação pedagógica simultânea com a formação específica da área. A autora destaca que esse discurso da especificidade da formação de professores levou à criação de alguns cursos paralelos, o Bacharelado e a Licenciatura, diferindo-se em poucas disciplinas: para a Licenciatura, algumas disciplinas ligadas à formação pedagógica, sendo algumas cursadas na então criada Faculdade de Educação, sendo substituídas no Bacharelado por disciplinas de aprofundamento na área específica.

A Reforma Universitária na UFMG

Em 1963, houve a elaboração de um novo estatuto para a Universidade Federal de Minas Gerais, sendo uma das primeiras concretizações da reforma. No ano de 1964, em seus primeiros meses como Reitor da Universidade, Aluísio Pimenta, professor de Química Orgânica da Faculdade de Farmácia, levou a reforma a efeito, propondo, em 1967, um documento intitulado *Plano de Reestruturação da UFMG*. Conforme Oliveira (2016), ao final do ano de 1967, a conclusão do Plano de Reestruturação levou, em 1968, à criação de diversos Institutos e Faculdades. De acordo com o autor, a comunidade universitária teve participação efetiva no processo de elaboração da reforma, ampliando as discussões e tendo como princípios a atualização do conjunto de institutos previstos em 1963; a reforma administrativa da Universidade; o desenvolvimento de políticas de integração; e, para abrigar as novas Unidades, o início das obras na região da Pampulha.

O autor ainda destaca que, de acordo com o professor Aluísio Pimenta, reitor da UFMG no período de 1964 a 1967, a Universidade foi pioneira no processo nacional de reforma do Ensino Superior. A UFMG já se encontrava estruturada de forma distinta das demais universidades do país. Porém, em 1968, com a Lei da Reforma Universitária, conduzida pelo Ministério da Educação (MEC), ocorreu a sistematização formal das implementações que estavam ocorrendo nas instituições federais, transferindo o pioneirismo da UFMG para a Reforma. Apesar de a UFMG ser apontada como pioneira nesse processo, ressaltamos que as discussões sobre organização das instituições de Ensino Superior também estavam ocorrendo na legislação brasileira, como percebemos pelo Decreto-Lei nº 53 (Brasil, 1966), anterior à Reforma Universitária de 1968, e pelo Decreto-Lei nº 252 (Brasil, 1967). Possivelmente, esses Decretos alavancaram e intensificaram discussões nesse sentido. Segundo Coutinho (2009), a Reforma Universitária de 1968 representou profunda mudança na referência institucional dos membros da comunidade

acadêmica. Uma das alterações mais significativas foi a criação de Departamentos, deixando as Escolas e Faculdades de serem subdivididas em cátedras.

Os impactos da Reforma Universitária na formação de professores de Matemática da UFMG

A Reforma trouxe para a UFMG uma importante mudança. A formação pedagógica ocorreria, a partir daquele momento, simultaneamente à formação específica da área, diferenciando-se as modalidades Licenciatura e Bacharelado por algumas disciplinas: as disciplinas pedagógicas, ligadas à Licenciatura, e as disciplinas de aprofundamento na área específica, vinculadas ao Bacharelado. O Instituto de Ciências Exatas (ICEx) incorporou os cursos de Física, Matemática e Química, e a Faculdade de Educação (FaE) agregou os cursos de Pedagogia e Didática. Dessa forma, de 1968 até os dias atuais, a grade curricular do curso de Licenciatura em Matemática da UFMG é composta por disciplinas do ICEx e da FaE.

Os termos Bacharelado e Licenciatura, segundo o Projeto Pedagógico (Universidade Federal de Minas Gerais, 2007), foram encontrados pela primeira vez em documentos do curso de Matemática da UFMG nos anos de 1966 e 1967. Além disso, ressalta-se que, após o ano de 1968, ou seja, posteriormente à Reforma Universitária, houve grandes modificações na modalidade Licenciatura, sendo elas: as disciplinas se tornaram semestrais; algumas disciplinas de conteúdo matemático foram alteradas e/ou reelaboradas; duas disciplinas de História das Ciências Exatas foram incluídas; e as disciplinas pedagógicas ficaram a cargo da FaE.

A formação de professores de Matemática na perspectiva do ICEx, em geral, estava pautada em preparar o professor para o ensino de 1º e 2º graus. Os documentos nos mostraram uma acentuada preocupação com o conhecimento matemático, muitas vezes aproximando o currículo da Licenciatura do currículo do Bacharelado. Além disso, as discussões envolvendo a articulação da teoria com a prática ou o ensino eram deixadas a cargo da FaE. Em 1969, o ICEx concebia o professor de Matemática como aquele que deveria ensinar Matemática e, além disso, orientar os estudantes que não ingressariam no Ensino Superior. A partir desse período, houve reformulações no currículo com a tentativa de rompimento do atualmente chamado *modelo 3 + 1*, adotado na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais e em outras Faculdades de Filosofia do país – ao finalizar o curso de Bacharelado, com duração de três anos, o estudante poderia optar por fazer o curso de Didática, ganhando o título de licenciado (ver Fernandes, Araújo & Cosenza, 2019). Porém, como as disciplinas pedagógicas ficavam concentradas no final do curso, prevalecia a ideia de que, inicialmente, era necessária a formação matemática para, posteriormente, concentrar-se a formação pedagógica. Após analisarmos os documentos encontrados no ICEx e na FaE, compreendemos alguns pontos de vista dessas Unidades sobre a formação de professores de Matemática e verificamos que, após a Reforma Universitária de 1968, ocorreu uma ruptura institucional na Licenciatura em Matemática da UFMG, tendo como consequência a pouca integração entre as Unidades para as discussões e ações em torno da formação de professores, apesar de alguns esforços terem sido empreendidos por professores de algumas dessas Unidades acadêmicas.

Conclusão

A Reforma Universitária de 1968 causou grande impacto nas universidades, consideravelmente nos cursos que estavam voltados para a formação de professores, o que refletiu na concepção de cada Unidade responsável sobre o professor que se desejava formar e, conseqüentemente, a quem cabia a responsabilidade de proporcionar e discutir a prática docente.

Após a Reforma Universitária de 1968, o curso de Licenciatura em Matemática da UFMG passou a ser realizado sob a responsabilidade de Unidades acadêmicas diferentes. As disciplinas consideradas de conteúdo matemático eram cursadas no IEx e as de conteúdo pedagógico, na FaE, sendo ambas as Unidades localizadas no *campus* Pampulha. A Reforma Universitária de 1968 contribuiu, ao menos em termos institucionais, para uma fragmentação da Licenciatura em Matemática na UFMG. Essa fragmentação não ocorreu apenas de forma física, mas permaneceu ao se atribuírem responsabilidades distintas às diferentes Unidades: a FaE ficou responsável pela formação pedagógica e o IEx pela formação específica.

Referências

- Coutinho, G. L. (2009). *Administração Universitária: a Reforma de 1968*. Belo Horizonte: Edição do autor.
- Decreto-Lei n° 53, de 18 de novembro de 1966*. (1966). Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências.
- Decreto-Lei n° 252, de 28 de fevereiro de 1967*. (1967). Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei n° 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.
- Fernandes, F. S., Araújo, P. H. S. & Cosenza, L. H. C. A. (2019). Didática Especial e História da Educação Matemática: contribuições de um estudo sobre a formação de professores de Matemática na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (Belo Horizonte, 1941-1954). *Acta Scientiae*, 21, 123-136.
- Lei n° 5.540, de 28 de novembro de 1968*. (1968). Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.
- Oliveira, J. V. F. (2016). As Reformas Universitárias e a formação de professores na UFMG: a criação da Faculdade de Educação. In L. M. Faria Filho, J. V. A. Souza & N. M. L. Fonseca (Orgs.). *Formação docente na UFMG: história e memória* (pp. 117-148). Belo Horizonte: Mazza Edições.
- Tanuri, L. M. (2008). Formação de Professores: história, política e processos de formação. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 3, 73-92.
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). (2007). *Projeto Pedagógico do Curso de Matemática*. Belo Horizonte.

Vilela, M. L. (2020). *Compreensões históricas das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado no curso de Licenciatura em Matemática da UFMG (1968 – 1994)*. (Dissertação em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.